

O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, está eliminando, peremptoriamente, a hipótese de uma desvalorização do real entrar na negociação com o FMI sobre uma ajuda financeira.

Nem política cambial, nem política monetária, garante ele, são "negociáveis".

As especulações a respeito, porém, não vão parar. Ainda nesta última terça-feira, em artigo de Louis Uchitelle, no *New York Times*, transcrito pelo *Estado*, havia alguns "palpites" variando entre 15% e 25%.

Ora, uma certa supervalorização do real é fato apontado e comentado desde sua implementação e, internamente, o ex-ministro Delfim Netto tem sido crítico contumaz da política cambial seguida pelo governo FHC. Mas, recentemente, até ele admitiu que neste momento não se pode nem pensar em desvalorizações acentuadas.

E os motivos são muitos. Em primeiro lugar porque se trata de medida de desespero, compreensível apenas no "estágio final de decomposição a que chegaram as economias asiáticas", como afirmou Gustavo Franco, em entrevista à Globo News, antes de embarcar para Washington. Evidente-

mente, não é o caso do Brasil, apesar do peso do ataque especulativo que o País tem sofrido.

Além disso, a medida teria como objetivo um bom resultado que seria incerto, mas colheria com absoluta certeza resultados negativos. O bom resultado incerto seria estancar a sangria de reservas, coisa que não aconteceu nos países que a adotaram, como o México em 1995 e a Indonésia recentemente.

Os resultados negativos certos seriam aumento proporcional da dívida externa de todo o setor público e do peso dos seus juros no déficit interno, principal fator de desconfiança internacional na capacidade do Brasil de superar a crise; falência de muitas empresas privadas endividadas em moedas fortes; desorganização dos programas de privatização, visto que as empresas internacionais que neles investem confiaram na estabilidade cambial; impacto negativo no Mercosul, dada a importância do mercado brasileiro para os parceiros desta área; aumento violento de custos na produção agropecuária, em vista dos financiamentos lastreados na "63 caipira"; impacto imprevisível no setor bancário, responsável pelas captações e repasses em moeda estrangeira; e, ainda, mas não por último, redu-

ção violenta das importações brasileiras. Tudo isso acompanhado de explosão inflacionária.

A propósito, o artigo do *New York Times* citado menciona o fato de que a redução de receitas provenientes do Brasil "poderia reduzir a quase zero o crescimento econômico dos EUA".

É isso aliás que mobiliza os países ricos em favor do Brasil e, segundo o mesmo artigo, "o objetivo do pacote de empréstimo proposto é preservar o atual valor da moeda brasileira, o real, evitando grandes desvalorizações, que têm sido ruinosas na Ásia".

Está, pois, com a razão a corrente do governo que defende a superação da crise por meio do reforço financeiro, e não de mudanças nos fundamentos econômicos do Plano Real. Nessa linha, a estratégia que Malan e Franco estarão expondo em Washington reafirma três objetivos: manter a política cambial de desvalorização gradual, com ampliação da banda de flutuação, preservar a abertura econômica, cumprir o compromisso de ajuste fiscal capaz de fazer o Estado brasileiro viver de acordo

com os recursos que a economia nacional pode proporcionar-lhe.

Todos sabemos que esta não é uma promessa de instauração da felicidade. Ao contrário, significa adiar o crescimento econômico em taxas compatíveis com nossas demandas sociais.

Mas a questão é que as outras opções – seja a desvalorização abrupta, seja o controle da saída de capitais, como postulam alguns, como o professor Paul Krug-

man –, além de estancarem a entrada de novos recursos, não evitariam o aprofundamento da recessão e ainda desorganizariam toda uma estratégia de longo prazo, cujo fundamento é a estabilidade monetária.

O anúncio no *Wall Street Journal*, no qual um grupo de 50 grandes empresas americanas com interesses no Brasil exorta o presidente e o Congresso dos EUA a "garantir ao Brasil a liquidez adequada para minimizar o contágio" da crise financeira iniciada na Ásia, mostra que a desvalorização abrupta seria, além de desastrosa, prematura e, certamente, desnecessária, pois o problema do Brasil, desta feita, não é só nosso.

A desvalorização do real teria vantagens duvidosas e péssimas consequências